

Ata de reunião GT Petros 14/11/17

A reunião foi aberta por parte das Entidades Sindicais que questionaram se a Petros já teria dado retorno às cobranças e solicitações de informações feitas na primeira reunião do GT do dia 07/11/17: suspensão da implantação do equacionamento pelo prazo de 90 dias ou até a conclusão dos trabalhos do GT e apresentação de estudos e simulações em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit – PED do Plano Petros - PPSP aprovado pela Petros.

Ao responderem que nada teriam a informar, ficou combinado que com relação as solicitações de estudos e simulações haveria formalização por parte das entidades sindicais de todos os pontos para melhor cobrança, com relação a suspensão do PED, os representantes da Petrobrás informaram que na reunião do GT do dia 23/11/17, quinta feira, irão apresentar o seu posicionamento.

Foi destacado pelas entidades sindicais que, sem esses posicionamentos rápidos, a continuidade dos trabalhos do grupo poderia ser comprometida.

A Petros e a Petrobrás foram alertadas para que, muito em breve, o equacionamento sairá da responsabilidade desse grupo tripartite, o que ocasionará dificuldade de se tentar o adiamento para debate de soluções. Precisamos de urgência dessa resolução.

A Petros, ao ser indagada sobre tamanho do impacto financeiro e atuarial da RMNR (participantes e assistidos), disse que ficou de passar estudo para o conselho fiscal, sendo cobrado uma cópia deste estudo para o GT.

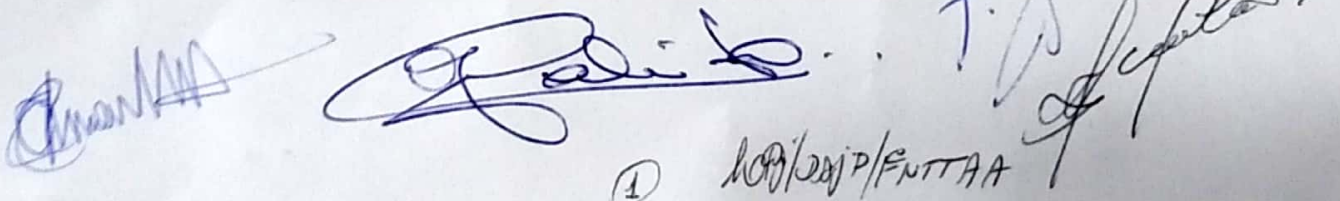
As entidades sindicais reforçaram a falta de comprometimento em dar retorno rápido às solicitações, o que tira importância e compromete o GT.

Os representantes da Petrobrás disseram que estão dispostos a dialogar e que o grupo possui governabilidade para encaminhar soluções, apesar de nada ainda estar construído.

Houve discordância não sanada sobre interpretação do TAC no tocante ao PED.

Foi destacada a importância da liberação de todos os membros do GT durante seus trabalhos, desta forma, solicitaram a liberação do membro do GT, indicado pelas entidades sindicais, Ronaldo Tedesco, das suas atividades laborais. Os representantes da Petrobrás mostraram sensibilidade, mas não se comprometeram em atender o pleito. Ficaram de se posicionar sobre o assunto no próximo encontro, 16/11/17, quinta feira.

Houve consenso das entidades sindicais na defesa da continuidade do GT para se chegar a uma solução ou redução dos seus efeitos, ainda que o processo do equacionamento se inicie, não obstante a importância do sobrestamento deste processo administrativa ou judicialmente.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a signature that appears to be 'Ronaldo Tedesco'. In the center, there is a large, stylized signature. To the right, there are several other signatures and initials, including one that looks like 'P. Tedesco'. At the bottom center, there is a circled number '1' followed by the text 'RTP/2017/P/ENTTAA'.

Os representantes da Petrobrás também se comprometeram a continuar com o grupo mesmo após início do equacionamento ou mesmo com judicialização do tema, mas não de forma irrestrita.

Em seguida os representantes da Petrobrás fizeram uma breve apresentação onde mostraram os valores que serão equacionados e os efeitos de eventual demora no começo do processo. Também defenderam a separação do grupopre-70 na divisão do déficit e não entraram no mérito de outras separações de massas.

Ao fim, colocaramduas opções para o PED: aumentar a duração média do plano para 36 anos com a (i) opção de custeio híbrido (normal e extraordinário) ou (ii) somente com contribuição extraordinária. Nesta apresentação ficou claro que a redução do custeio do PED seria pequena, se comparada com a dobra do período de contribuição.

As entidades sindicais criticaram a forma de cálculo do PED em relação a composição dos ativos do grupo pré-70 considerado para definir o valor da dívida da Petrobrás com o plano. Os representantes da Petros e Petrobras disseram que o ativo do grupo pré-70 seria apenas as NTNs, enquanto que os representantes dos trabalhadores defenderam que seriam todos os ativos do plano, visto que, não são massas separadas.

Foi solicitada cópia da ata do C.A. que define quem são os membros do grupo pre-70 (possivelmente no ano de 1996). Os representantes da Petrobrás e da Petros ficaram de apresentar.

Os representantes das entidades sindicais indagaram qual foi a forma de contrato de trabalho dos pré-70 que foram para alguma subsidiária ou outra empresa do sistema.

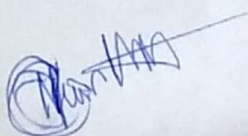
Foi solicitado pelos membros das entidades sindicais terem suas assessorias atuariais para auxiliar os trabalhos do GT. Os representantes da Petrobrás concordaram com a solicitação.

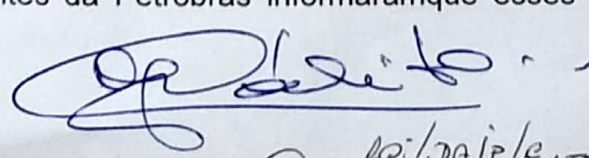
Os representantes das entidades sindicais propuseram a lavratura de ata para registro das reuniões do GT. Os representantes da Petrobrás informaram que não vão lavrar ata e que seguiriam o mesmo rito da mesa de negociações de ACT.

Ainda sobre a apresentação, os representantes das entidades sindicais questionaram o slide relativo a evolução do equilíbrio técnico, especificamente quanto ao impacto atuarial de todas as ações judiciais que já estão contingenciadas, devido ao aumento futuro dos benefícios, porque este impacto não estaria calculado.

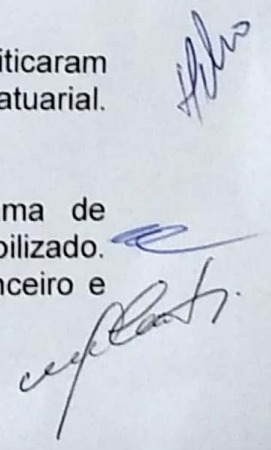
Neste sentido os representantes das entidades sindicais criticaram que o cálculo judicial compreende apenas impacto financeiro, não o atuarial. Seria bem mais de 1.48 bi, como descrito nos slides.

Também foi lembrado que os níveis possuem programa de implantação, mas, não se sabe se todo o impacto atuarial já foi contabilizado. Os representantes da Petrobrás informaramque esses impactos financeiro e





② BRJ/DAJP/FUNTA



atuariais já deveriam estar computados. Os representantes da Petros irão confirmar a informação.

Houve debate se pensionistas irão contribuir para equacionamento e sob qual tipo de contribuição.

Foi lembrado, ainda, pelos representantes das entidades sindicais, que o principal debate é identificar a origem do déficit, se estrutural ou conjuntural, para estabelecer que tipo de contribuição será aplicado no PED.

Por fim os representantes das entidades sindicais solicitaram informação quanto ao processo de aprovação do PED. Os representantes da Petrobrás informaram que o PED está pendente de aprovação pela SEST no Ministério de Planejamento, que assim que for aprovado, o processo será devolvido para a Petrobrás que o encaminhará para a Petros que o implementará, dando conhecimento do fato a Previc.

Os representantes das entidades sindicais questionaram o porquê da Previc não homologar o PED antes da sua implementação pela Petros, pois entendem que o órgão regulador deveria analisa-lo, pois há ilegalidades no seu conteúdo. Os representantes da Petrobrás e da Petros informaram que este é o procedimento da legislação.

Na próxima reunião, dia 16/11/17 quinta feira, os representantes das entidades sindicais farão a sua apresentação.

AGNELSON CAMILO

HÉLIO LIBÓRIO

JOSÉ VÁLIDO AZEVEDO

LUCIANO PONCE

MARCELLO GONÇALVES

NORTON CARDOSO ALMEIDA

PAULO CÉSAR C. MARTIN

PAULO TEIXEIRA BRANDÃO

RONALDO TEDESCO